

Contraditório

Avaliação Externa do Agrupamento de Escolas de Freixo

No exercício do direito à apresentação do Contraditório sobre o Projeto de Relatório da Avaliação Externa do Agrupamento de Escolas de Freixo e, em resposta ao vosso ofício n.º S/02015/RN/12 recebido em 2 de março de 2012, cumpre-me apresentar a V.ª Ex.ª o seguinte:

Notas prévias

Reiteramos na íntegra a apreciação muito positiva que fizemos à equipa de avaliação externa sobre a forma muito positiva como decorreu todo o processo avaliativo, destacando-se a sua postura assertiva em todos os contactos com a comunidade educativa.

O Projeto de Relatório da Avaliação Externa foi divulgado pela comunidade e alvo de análise cuidada pelo Conselho Pedagógico, Conselho Geral e pelo Diretor. A fundamentação que se apresenta resulta das conclusões aprovadas pelos três órgãos.

Fundamentação

Da análise do Projeto de Relatório concluímos pela concordância global com o teor das apreciações expostas nos três domínios em avaliação, que reconhecem o trabalho meritório desenvolvido pelo Agrupamento.

Outrossim, concordamos com as classificações atribuídas aos domínios *Resultados (Bom)* e *Liderança e Gestão (Muito Bom)*. A classificação atribuída ao domínio da *Prestação do Serviço Educativo (Bom)* merece a nossa discordância.

As conclusões expostas no Projeto de Relatório “decorrem da análise dos documentos fundamentais do Agrupamento, em especial da sua autoavaliação, dos indicadores de sucesso académico dos alunos, das respostas aos questionários de satisfação da comunidade e da realização das entrevistas”¹.

Quanto à análise dos documentos foi reconhecido² que “Os princípios orientadores do projeto educativo constituem um importante marco de referência do processo de responsabilização do Agrupamento na mobilização dos diversos intervenientes educativos para a promoção de um serviço público de educação e qualidade. A sua operacionalização concretiza-se através do projeto curricular de agrupamento, dos projetos curriculares de grupo/turma, do plano anual de atividades e dos projetos em curso, sendo, em geral, **muito consistentes** com a atividade desenvolvida.”

¹ Cf. Pág. 1, *Avaliação Externa das Escolas – Relatório – Agrupamento de Escolas de Freixo*, 9 a 11 janeiro de 2012, IGE-Delegação do Norte

² Cf. Pág. 4, *Avaliação Externa das Escolas – Relatório – Agrupamento de Escolas de Freixo*, 9 a 11 janeiro de 2012, IGE-Delegação do Norte

Quanto às respostas aos questionários de satisfação da comunidade verificamos que o nível global de satisfação (média de todos os resultados) é extremamente elevado: 83 % de apreciações positivas (46% *Concordo Totalmente* e 37% *Concordo*; 1% *Discordo Totalmente* e 3% *Discordo*).

No texto de apresentação do agrupamento³ enviado para a IGE sustentámos a qualidade do desempenho do agrupamento, com evidências que o próprio Projeto de Relatório da Equipa de Avaliação Externa utilizou corretamente, reforçando a pertinência das nossas conclusões.

Quanto ao conteúdo do Projeto de Relatório:

Dos 24 parágrafos que constituem a apreciação (13 para os *Resultados*; 11 para a *Prestação do Serviço Educativo* e 10 para a *Liderança e Gestão*) apenas em 4 se identificam pontos fracos.

No domínio dos *Resultados* estão identificados 3 pontos fracos (parágrafos §2, §3 e §9), no domínio da *Liderança e Gestão* 1 ponto fraco (parágrafo §34) e no domínio da *Prestação do Serviço Educativo* não são apontados pontos fracos.

Ora, considerando a Escala de Avaliação⁴ que determina a atribuição dos níveis de classificação, a distinção entre os níveis consubstancia-se pelo “predomínio de pontos fortes nos campos em análise” na sua totalidade ou maioria.

2

Assim, não compreendemos a classificação atribuída ao domínio da *Prestação do Serviço Educativo (Bom)* dado que da leitura das apreciações da equipa de avaliação externa em nenhum parágrafo se vislumbram pontos fracos⁵, pelo que, atendendo-se à escala e à existência apenas de pontos fortes no respetivo campo em análise, se justificaria a atribuição de **Muito Bom**.

Pelo exposto, solicitamos a V.^a Ex.^a a atribuição da Classificação de Muito Bom no domínio da *Prestação do Serviço Educativo*.

Agrupamento de Escolas de Freixo, 19 de março de 2012
O Diretor,



Luís Henrique Cardoso Fernandes

³ Ver Anexo 2 – Texto de apresentação do Agrupamento enviado para a IGE.

⁴ “**MUITO BOM** – A ação da escola tem produzido um impacto consistente e acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respectivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais generalizadas e eficazes. | **BOM** – A ação da escola tem produzido um impacto em linha com o valor esperado na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respectivos percursos escolares. A escola apresenta uma maioria de pontos fortes nos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais eficazes.”

⁵ Ver Anexo 1 – Leitura do teor do relatório.

Anexo 1 – Leitura do teor do relatório.

Para uma leitura do teor das apreciações da equipa de avaliação externa recorreremos ao destaque das expressões que referem os pontos fortes no domínio da *Prestação do Serviço Educativo*.

3.2 – PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO⁶

PLANEAMENTO E ARTICULAÇÃO

§ 14 Os princípios orientadores do projeto educativo **constituem um importante marco de referência** do processo de responsabilização do Agrupamento na mobilização dos diversos intervenientes educativos para a promoção de um serviço público de educação e qualidade. A sua operacionalização concretiza-se através do projeto curricular de agrupamento, dos projetos curriculares de grupo/turma, do plano anual de atividades e dos projetos em curso, sendo, **em geral, muito consistentes** com a atividade desenvolvida.

§ 15 O Agrupamento **privilegia o trabalho cooperativo** entre docentes que **tem favorecido a articulação** horizontal e vertical **com resultados práticos** na gestão dos planos curriculares e sua contextualização ao meio, no desenvolvimento de práticas de reflexão e autorregulação e na definição de estratégias **que promovem a melhoria do desempenho escolar dos alunos**. Por sua vez, a cooperação do Agrupamento com o serviço educativo da autarquia **fomenta a participação** dos alunos e das famílias no desenvolvimento de várias atividades de âmbito local, **reforçando os laços com a comunidade**.

§ 16 Para responder às necessidades da comunidade local e prevenir o abandono escolar, o Agrupamento **tem diversificado a sua oferta formativa**, através dos cursos de educação e formação e percursos curriculares alternativos, **incluindo as respostas previstas para os casos de necessidades educativas especiais**.

PRÁTICAS DE ENSINO

§ 17 A ação educativa é realizada de acordo com as **estratégias delineadas entre docentes**, **fruto do trabalho cooperativo** nas estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica e em outras reuniões, tendo em vista a **promoção de práticas educativas inovadoras** e a **sua adequação ao perfil do aluno**, que **promovam a melhoria dos resultados escolares e a formação integral do aluno**. Para o efeito, o Agrupamento, para além de aderir ao Plano Nacional de Leitura, Plano de Ação para a Matemática e novos programas de Língua Portuguesa e Matemática, **desenvolve outros projetos convergentes** com este propósito, **mobilizando-se para usufruir**, por exemplo, do serviço educativo da autarquia, podendo o aluno aceder e beneficiar dos mais variados recursos que permitem o contacto com as **metodologias ativas, experimentais e artísticas**. **Apesar de não dispor de laboratórios**, o Agrupamento, neste particular da utilização das metodologias ativas e experimentais em contexto de ensino-aprendizagem, **desenvolve várias atividades em todos os níveis de escolaridade, facto que é registado com muita satisfação pelos alunos**.

§ 18 A ação dos docentes de educação especial, no que se refere ao apoio aos alunos com necessidades educativas especiais, encontra-se **orientada para o desenvolvimento das competências escolares e sociais**, **promovendo o desenvolvimento da autonomia** dos alunos e a sua **perfeita inclusão na comunidade local**, por via da transição para a vida pós-escolar.

§ 19 O **reforço dos laços com as famílias e comunidade envolvente** encontra-se **bem visível nos trabalhos artísticos expostos**, desenvolvidos no âmbito da programação do clube das famílias leitores. **A exigência e o incentivo à melhoria** dos desempenhos encontram-se **patente na realização de formação interna** destinada aos docentes e na construção de referenciais que constam dos diferentes dispositivos de avaliação que o Agrupamento dispõe.

§ 20 O acompanhamento e supervisão da prática letiva **são realizados nos conselhos de área curricular e departamentos**, através da **reflexão e análise comparativa** da avaliação externa com a interna e dos resultados das provas de aferição, podendo, contudo, ter uma ação mais preventiva na regulação do processo de trabalho em contexto de sala de aula e na aplicação de medidas educativas que possam potenciar a melhoria do sucesso académico dos alunos em cada área curricular.

§ 21 O Agrupamento **dispõe de recursos de informação e comunicação** que **facilitam** a comunicação entre os membros da comunidade educativa e que **garantem**, entre outras dimensões, **qualquer informação sobre o percurso escolar de cada aluno**, a título de exemplo, na educação pré-escolar a avaliação das aprendizagens das crianças são transmitidas aos pais/encarregados de educação no final de cada período letivo e ao professor do 1.º ciclo quando a criança transita para o 1.º ano de escolaridade.

MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO ENSINO E DAS APRENDIZAGENS

§ 22 Os **critérios gerais de avaliação dos alunos encontram-se expressos no projeto curricular do Agrupamento**. Existem **práticas consolidadas de recolha e análise de dados quantitativos e qualitativos** relativos aos resultados

⁶ Cf. pp. 4-6, *Avaliação Externa das Escolas – Relatório – Agrupamento de Escolas de Freixo*, 9 a 11 janeiro de 2012, IGE-Delegação do Norte

escolares, bem como a outros indicadores da vida no Agrupamento vertidos em **diversos relatórios**.

§ 23 Os professores **procedem à aferição dos critérios e instrumentos de avaliação e à análise comparativa dos resultados escolares, por disciplina, ano e turma, com propostas de superação das dificuldades detetadas**, respondendo, **em face de insucesso, com medidas de apoio educativo e com planos de melhoria**, concretamente no departamento de língua portuguesa. Os pais/encarregados de educação dos alunos registam, com **muita satisfação**, o facto de o Agrupamento fornecer informação sobre as atividades e as aprendizagens dos seus educandos. A adesão à aplicação dos **testes intermédios** tem permitido, aos professores, **aferir o desempenho dos alunos por referência a um padrão nacional e, aos alunos, conhecer os progressos da sua aprendizagem**. Os pais/encarregados de educação registam, com **muita satisfação**, o **incentivo** que o Agrupamento transmite aos alunos para **terem bons resultados**.

§ 24 A prevenção da desistência e do abandono escolar é **bem conseguida, contribuindo para o seu sucesso o trabalho atento e articulado** do diretor de turma/professor titular/educador com a direção e a comissão de proteção de crianças e jovens.

Anexo 2 – Texto de Apresentação do Agrupamento enviado para a IGE.

2. Prestação do Serviço Educativo

2.1. Planeamento e articulação

Do relatório da IGE (2008)⁷ são apontados como aspetos mais positivos:

“A identificação do modelo de organização/gestão curricular para os 1.º, 2.º e 3.º ciclos existentes no agrupamento;”

“A adequação do currículo nacional às especificidades do agrupamento, através do desenvolvimento de vários projetos educativos inscritos no PCA e PCT que operacionalizam as prioridades identificadas no PE”;

“O desenvolvimento de actividades, contemplando a articulação entre o 1.º e 2.º ciclos”;

“O desenvolvimento de actividades de articulação entre o 1.º ciclo e 2.º ciclo, que se concretizam através do desenvolvimento de alguns projetos e actividades comuns, e em reuniões entre docentes destes níveis de ensino, através da realização de reuniões que se encontram previstas no PAA”.

2.1.1. Gestão articulada do currículo

Entendemos a articulação como um meio privilegiado do AEF estabelecer relações intra e interdepartamento, entre docentes, quer de uma mesma disciplina ou área disciplinar, quer de ciclos diferentes. Assim, foram definidos três níveis de articulação:

- a) Articulação Organizacional (RI);
- b) Articulação Curricular (PE, PCA, PCT, PPAA);
- c) Articulação Pedagógica (PE, PCA, PCT, PPAA);

o AEF determinou, ainda, em cada um dos documentos estruturantes, as orientações/formas de concretização da articulação; as quais assumem ou podem assumir quatro tipos:

1. Estabelecimento de relações entre os níveis e ciclos de ensino;
2. Estabelecimento de relações entre conteúdos;
3. Realização de actividades entre as escolas e a comunidade;
4. Coerência entre projetos que permitam compreender e desenvolver competências de intervenção em situações contextualizadas;

Assim, as estruturas de orientação educativa efetivam a articulação nas mais diversas formas⁸.

2.1.2. Contextualização do currículo e abertura ao meio

O AEF entende que não faz sentido conceber o currículo apenas como um conjunto de conteúdos a ensinar e fazer aprender, isto só seria adequado a uma escola que considerasse o ato educativo limitado à transmissão de saberes já feito e apresentado como verdade única. O AEF existe também para educar e formar, aceitando-se que o currículo compreende, para além desses conteúdos, outras actividades desenvolvidas fora do contexto das disciplinas. A contextualização do currículo pressupõe a

⁷ Ver Anexo 13

⁸ Ver Anexo 28 - Articulação

reconstrução do currículo proposto a nível nacional, tendo em consideração a caracterização da escola (recursos e limitações), a realidade social económica e cultural, bem como os resultados escolares obtidos⁹.

2.1.3. Utilização da informação sobre o percurso escolar dos alunos

Através da consulta dos processos individuais dos alunos é possível analisar a situação escolar de cada um e, assim, fazer uma caracterização individual, que consta no Projeto Curricular de Turma; permite ainda assinalar as suas dificuldades e, desta forma, implementar diferentes medidas de apoio, ou encaminhamento para percursos de educação formação e/ou percursos curriculares alternativos.

As planificações são elaboradas em consonância com as diversas modalidades de avaliação. As avaliações dos alunos são feitas em formulário próprio atendendo aos critérios gerais de avaliação.

As áreas curriculares das ciências experimentais definiram critérios de avaliação para os trabalhos práticos e experimentais.

Atendendo a que os conteúdos lecionados são comuns a todas as turmas nos diferentes anos de escolaridade, os professores elaboram na sua área disciplinar, em conjunto, os testes, tendo sempre em atenção a especificidade e características das turmas bem como de cada aluno.

⁹ Através de:

- Definição de prioridades, metas e objetivos no Projeto Educativo, de encontro ao contexto local do Agrupamento;
- Definição de formas de organização dos tempos letivos, grupos de alunos e professores e modelos de organização curricular no Projeto Curricular de Agrupamento;
- Definição de momentos e procedimentos de articulação no RI, PE, PCA e PCT;
- Planificação e desenvolvimento de práticas de diferenciação pedagógica que permitem trabalhar um currículo comum, através de estratégias que se adequem a diferentes grupos de alunos, por meio dos PCT;
- Concretização de estratégias de intervenção interdisciplinares, planeadas nos PCT (projetos interdisciplinares);
- Desenvolvimento, em parceria com os alunos e a comunidade educativa, de projetos que permitem o desenvolvimento da criatividade (Robótica, Clube de dança);
- Organização e realização de atividades de enriquecimento que ampliam a formação e dão um novo sentido à escola e ao currículo (visitas de estudo, clubes, concursos);
- Organização de momentos e espaços para desenvolvimento de uma cidadania ativa e orientada – Levanta-te e atua! Colaboração com a OIKOS;
- Avaliação e reformulação regular dos PCT todos os períodos e anual;
- Abertura ao meio: Palestras para EE, projetos de solidariedade e intervenção na comunidade local, participação em concursos concelhios, protocolos com instituições locais, manutenção da página web da escola.

2.1.4. Coerência entre ensino e avaliação

As reuniões de avaliação sumativa e intercalares são, por natureza, um momento especial de reflexão entre o que foi ensinado e os resultados obtidos. Os conselhos de turma são, assim, os órgãos privilegiados para, numa lógica de articulação horizontal, redefinir estratégias que serão posteriormente afinadas ao nível da área/departamento curricular.

São, então, nestas reuniões, feitas análises das práticas educativas e propostas estratégias de mediação.

Para que haja uma efetiva e eficaz consistência no trabalho, os docentes partilham materiais didáticos, articulam sistematicamente as atividades a realizar, nomeadamente, na lecionação de conteúdos e na construção de fichas formativas e sumativas.

2.1.5. Trabalho cooperativo entre docentes

Neste agrupamento, mais do que o trabalho cooperativo, estão instituídas práticas de trabalho colaborativo¹⁰, em que os diferentes intervenientes trabalham articuladamente¹¹, no sentido de atingir objetivos comuns, planeando tarefas, estabelecendo procedimentos, metas. Neste género de práticas procura-se não só potenciar as experiências e conhecimentos de cada um, como também a aprendizagem por parte de todos.

¹⁰ Ver a [plataforma moodle](#) que permite o trabalho em grupo.

¹¹ A realização de trabalhos e projetos que exigem a participação de áreas científicas diferentes; equipas pedagógicas entre os docentes e a educação especial; nos horários dos docentes estão contemplados tempos e espaços comuns de forma a facilitar o trabalho cooperativo entre docentes de diferentes níveis e ciclos de ensino, bem como entre docentes das diferentes áreas disciplinares – Cursos de Educação Formação, Turma de Percuro Curricular Alternativo, Novos Programas de Língua Portuguesa, por exemplo.

2.2. Práticas de ensino

No relatório da IGE ¹² são apontados como aspetos mais positivos “A previsão e concretização da avaliação dos documentos de planeamento da acção educativa, através da reflexão feita pelas estruturas de coordenação e supervisão educativa e dos relatórios críticos das actividades”; “A supervisão e coordenação do currículo por parte do respetivo departamento curricular, respeitando as orientações e diretrizes emanadas do CP”; “A monitorização e supervisão por parte do Conselho Pedagógico e do Departamento Curricular, do grau de concretização das orientações curriculares e do desenvolvimento de atividades/projetos em desenvolvimento e da avaliação dos progressos das crianças”.

2.2.1. Adequação do ensino às capacidades e aos ritmos de aprendizagem dos alunos

O AEF privilegia a constituição de equipas pedagógicas (manutenção de diretores de turma e docentes) que acompanham os alunos ao longo dos ciclos de ensino e que fomentam mecanismos de sequencialidade, articulação e de interação, facilitadores da adoção de estratégias de ensino adequadas e adaptadas às capacidades e ritmos dos seus alunos.

Na transição entre ciclos de ensino e de forma assegurar esta sequencialidade pedagógica, são efetuadas reuniões entre os docentes do pré-escolar e os de 1.º ciclo, assim como entre estes docentes e os conselhos de turma do 5.º ano. Assim, no seguimento da avaliação final do ano anterior e da avaliação diagnóstica no início de cada ano letivo, os docentes adotam estratégias de ensino de acordo com as necessidades dos alunos aplicando, por exemplo, as previstas no Desp. Norm. n.º 50/2005 bem como as medidas em sede de Projeto Curricular de Turma. Os alunos com maiores dificuldades são encaminhados para aulas de apoio pedagógico ou atividades de apoio educativo¹³.

A implementação de Cursos de Educação e Formação e ainda, pela primeira vez, durante este ano letivo a criação de uma turma de Percurso Curricular Alternativo no 3.º Ciclo¹⁴, permitirão a estes alunos concluir a escolaridade obrigatória, através de um percurso flexível e ajustado aos seus interesses, ou para poderem prosseguir estudos ou formação que lhes permita uma entrada qualificada no mundo do trabalho.

2.2.2. Adequação dos apoios aos alunos com necessidades educativas especiais

Os alunos com necessidades educativas especiais sempre foram alvo de uma integração positiva¹⁵. O grupo de educação especial atua em articulação com os docentes titulares de turma/conselhos de turma, procurando em conjunto o programa mais ajustado aos alunos¹⁶. Há uma preocupação particular com a transição para a vida ativa através de programas específicos e com recurso a protocolos com empresas locais.

¹² Ver Anexo 13

¹³ Ver Anexo 26

¹⁴ Ver Anexo 32

¹⁵ Ver <http://educacaoespecialfreixo.blogspot.com>

¹⁶ Implementação de medidas educativas de acordo com o Decreto-Lei 3/2008, adequadas à especificidade e às necessidades de cada aluno, face ao perfil de funcionalidade por referência à CIF-CJ: Apoio Pedagógico Personalizado; Adequações curriculares individuais; Adequações no processo de avaliação; Currículo Específico Individual; Tecnologias de apoio.

Oficinas para os alunos a frequentarem um CEI; Plano Individual de Transição para os alunos a frequentar um Currículo Específico Individual; Articulação com o Centro de Recursos para a Inclusão; Articulação com a Biblioteca escolar; Articulação com serviços externos; Divulgação de trabalhos e atividades em www.aefreixo.pt.

2.2.3. Exigência e incentivo à melhoria de desempenhos

O AEF tem procurado incutir em todos os seus intervenientes níveis de exigência, de responsabilidade e cultura de trabalho¹⁷, com vista à melhoria dos seus resultados através:

- da participação e responsabilização dos alunos no processo de avaliação, implicando-os no processo de avaliação das aprendizagens, incrementando e valorizando a autoavaliação crítica;
- da promoção da gestão articulada do currículo ao nível dos departamentos curriculares e conselhos de turma, bem como, a definição dos critérios gerais de avaliação;
- da diversificação de metodologias no processo ensino-aprendizagem, promovendo a aplicação das novas tecnologias da informação e comunicação na sala de aula;
- da conceção e utilização de instrumentos e processos de avaliação diversificadas.

2.2.4. Metodologias ativas e experimentais no ensino e nas aprendizagens

Para que o objetivo preconizado no ponto anterior seja uma realidade, tem sido uma preocupação do AEF o investimento nestas metodologias ativas e experimentais¹⁸, através por exemplo, da dinamização de ações de formação interna (creditadas e não creditadas); do trabalho colaborativo a Matemática para trabalhar nos NPMEB (1 bloco semanal nos anos letivos de 2008/2009 e 2009/2010 para os professores envolvidos no projeto); do trabalho colaborativo a Português (1 bloco semanal nos anos letivos de 2009/2010 e 2010/2011); da formação externa e interna (creditada) de preparação para a implementação do NPPEB; da Biblioteca Escolar¹⁹ da adesão ao projeto Ciência Viva do Centro da área protegida das Lagoas de Bertandos (1.ºCEB); da adesão ao Projeto Seguranet: participação nos desafios online; de participação no concurso nacional de robótica, entre muitos outros.

É hoje claro que as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) e as potencialidades decorrentes da Sociedade da Informação estão a ser aproveitadas pelas escolas no sentido de um alargamento do seu âmbito de atuação e impacto. A Internet, ao não exigir a presença física, permitiu alargar os âmbitos de implementação de forma extraordinária e encontrar complementaridades para a discussão e para o trabalho até hoje impossíveis.

2.2.5. Valorização da dimensão artística

As competências artísticas desenvolvem-se através de processos diversificados de apropriação de sentidos, de técnicas, de experiências de reprodução, de criação e reflexão, de acordo com os níveis de desenvolvimento das crianças e dos jovens deste agrupamento.

¹⁷ Nas reuniões de final de ano letivo, os conselhos de turma propõem os melhores alunos para o quadro de excelência; Divulgação dos alunos vencedores na participação de concursos (internos e externos); Publicação de trabalhos na página da escola, jornal de parede, blogue da Biblioteca; Cerimónia pública de entrega de entrega de certificados; Contactos entre DT e Encarregados de Educação; Contactos entre DT e agentes externos à escola (Médicos, psicólogos CPCJ...); Desenvolvimento dos PCT; Participação no “Projeto Netlândia”; Adesão ao Projeto Novos Programas de Matemática e Língua Portuguesa no Ensino Básico; Adesão aos testes intermédios; Instrumentos e mecanismos diversificados de avaliação.

¹⁸ Utilização da Escola Virtual; Utilização da Plataforma Moodle; Utilização do quadro interativo; Utilização da escola virtual; Utilização do Brip; Utilização dos manuais interactivos; Utilização da Aula Digital; Utilização dos recursos multimédia da escola (computadores portáteis, projetor multimédia...); Utilização e aplicação das tarefas propostas pela DGIDC, no âmbito dos NPMEB; Blogue educativo; Participação em projetos internacionais eTwinning; Adesão ao projeto Escola-eletrão; Adesão ao projeto “Sim, este ano o natal é amarelo”; Dinamização do Clube de Proteção Civil /Ambiente, promovendo ambientes seguros, desenvolvendo o sentido de responsabilidade e solidariedade; Dinamização de diversas atividades experimentais em contexto de sala de aula e nos dias dedicados às atividades dos “Dias das Ciências”.

¹⁹ Ver Anexo 44 – Relatório de Avaliação da Biblioteca Escolar

As atividades de enriquecimento curricular, Projetos, Clubes e concursos estão pensadas no sentido de providenciar práticas artísticas diferenciadas e adequadas aos diferentes contextos onde se exerce a ação educativa, de forma a possibilitar a construção e o desenvolvimento da dimensão artística.

Ao longo destes anos, os alunos tiveram acesso a um sem número de atividades nas quais lhes foi proporcionado: experienciar diferentes tipos de instrumentos e culturas musicais; formas e técnicas de criação musical; produzir e realizar espetáculos diversificados; assistir a diferentes tipos de espetáculos; utilizar as tecnologias da informação e comunicação; contactar com o património artístico-musical; realizar intercâmbios entre escolas e instituições e desenvolver projetos de investigação. A própria articulação vertical e horizontal com outras áreas do conhecimento tem contribuído não só para a transferência de saberes como também para uma compreensão mais profunda das dimensões artísticas²⁰.

2.2.6. Rendibilização dos recursos educativos e do tempo dedicado às aprendizagens.

Tomando como referência o benefício da prática exercida em anos anteriores, sempre que possível, tentou-se manter as equipas pedagógicas de docentes no sentido da continuidade do trabalho e do bom conhecimento de alunos e professores.

As horas da componente não letiva²¹ foram distribuídas para permitir o melhor acompanhamento dos alunos. Nesse sentido, a atribuição de apoios educativos foi que feita de acordo com as horas disponíveis dos docentes, as disciplinas que lecionam, os espaços existentes e os horários dos alunos.

A Biblioteca Escolar é, ainda, um recurso privilegiado para potenciar as aprendizagens²².

2.2.7. Acompanhamento e supervisão da prática letiva

Ao longo do ano, por meio de contactos informais e formalmente, no final de cada período letivo, os professores das diferentes áreas curriculares refletem sobre as suas práticas educativas e estratégias de melhoria. Este e outros assuntos relacionados são posteriormente debatidos nas reuniões de departamento e em sede de conselho pedagógico. Ainda neste âmbito são produzidos relatórios e estudos²³ que servem para uma consistente tomada de decisões.

²⁰ Desporto Escolar (dança, atletismo, badminton, voleibol); Clube de dança; Clube da rádio; Momentos de apresentação/representação à comunidade educativa (atividades de final de período); Dinamização de Concursos de leitura e de escrita (Natal, S. Martinho, S. Valentim, o Livro do Mês...); Participação em concursos externos (“Fórum Entre | Palavras”, “Concurso Concelhio de Leitura”, “Onde te leva a imaginação”, “Cineastas Digitais”); Oficina de Robótica; Clube de música; Rádio Escolar; Clube de Artes; Clube de Proteção Civil/ambiente; Ensino da Música nas AEC do 1.º CEB.

²¹ Definição de áreas prioritárias (LP e Mat.); Reforço de LP. (Área de Projeto, Actividades de Enriquecimento); Reforço da Matemática (Estudo acompanhado, PAM, assessorias); Articulação Disciplinas/professores com a BE (projetos, concursos, PNL...); Criação de bolsa de docentes com horas para apoio ao estudo; Apoio ao Estudo na Biblioteca; Tutorias para alunos mais problemáticos.

²² Ver Anexo 44 – Relatório da BE

²³ Relatórios de Provas de aferição (4º ano e 6º ano) de Língua portuguesa e Matemática; Relatórios de Exames nacionais (9º ano) de Língua portuguesa e Matemática; Relatórios de Testes intermédios; Análise comparativa da avaliação interna com a avaliação externa e elaboração de relatórios de progressão; Implementação e desenvolvimento da ADD; Trabalho colaborativo nas diversas áreas curriculares; Acompanhamento efetuado pelo CP.

2.3. Monitorização e avaliação das aprendizagens

Do relatório da IGE (2008)²⁴ são apontados como aspetos mais positivos:

“A previsão e concretização da avaliação dos projetos curriculares e das atividades educativas, em documento próprio e através da elaboração de relatórios”.

Do relatório da IGE (2009)²⁵ são apontados como aspetos mais positivos:

“A monitorização do processo de avaliação ocorreu de forma sistemática e implicou as várias estruturas pedagógicas do AEF, sendo que a análise dos resultados escolares e a reflexão em torno das estratégias de intervenção pedagógica estiveram presentes, de forma recorrente, no Conselho Pedagógico”;

“Os planos de recuperação foram elaborados em tempo, nas circunstâncias legais e de acordo com o previsto, sendo objeto de acompanhamento, reformulação e avaliação”;

“A avaliação das estratégias de melhoria relativas à implementação dos planos e à avaliação global dos planos foi feita a nível de agrupamento, implicando as diversas estruturas pedagógicas e tendo resultado na produção de diversos relatórios”;

“A análise comparativa dos resultados alcançados em 2008/2009 com os resultados obtidos em 2007/2008 foi feita em sede de departamento curricular e os dados relativos aos resultados escolares foram sistematizados por ciclo, ano turma e disciplina, tendo dado origem a diversos relatórios parcelares e um relatório síntese a nível do agrupamento. Os diversos relatórios centraram a análise nas estratégias de melhoria relativas à implementação dos planos, na sua avaliação global, na comparação de resultados alcançadas no final do ano letivo 2008/2009 com os do ano letivo anterior, na análise comparativa entre os resultados obtidos pelos alunos dos 1.º e 2.º ciclos na avaliação sumativa interna e nas provas de aferição e na análise comparativa dos resultados obtidos pelos alunos do 3.º ciclo na avaliação sumativa interna e na avaliação sumativa externa (exames nacionais)”;

“O relatório analítico dos resultados dos alunos, com data de 25.09.2009 onde são refletidos os resultados escolares obtidos no ano letivo 2008/2009, e que integra recomendações para o ano letivo seguinte”.

2.3.1. Diversificação das formas de avaliação

O AEF tem já uma prática consolidada na diversificação das formas de avaliação, envolvendo os alunos de forma direta e consistente neste processo através da sua auto e heteroavaliação.

O envolvimento das estruturas intermédias na definição dos critérios, instrumentos e procedimentos, nas formas de avaliação, diagnóstica, formativa e sumativa é prática consolidada.

A avaliação diagnóstica é aplicada no início de cada ano letivo em todas as disciplinas e a avaliação formativa é implementada com carácter contínuo e sistemático, recorrendo a uma variedade de instrumentos de recolha de informação, adequados à diversidade das aprendizagens e aos contextos em que ocorrem. É efetuada nos conselhos de turma a análise e/ou reformulação, quando os alunos são apreciados e avaliados, individual e coletivamente.

²⁴ Ver Anexo 13

²⁵ Ver Anexo 14

2.3.2. Aferição dos critérios e dos instrumentos de avaliação

Os critérios gerais de avaliação foram estabelecidos pelo CP, após análise das propostas apresentadas pelos Departamentos. Depois, em reunião de áreas curriculares, foram definidos os critérios específicos de cada disciplina, posteriormente, analisados e aprovados nos respetivos Departamentos e dados a conhecer aos alunos e Encarregados de Educação, pelo professor da respetiva disciplina.

Os Departamentos elaboraram propostas da definição da escala e terminologia a utilizar nos documentos de avaliação, tendo o CP aprovado uma proposta final, após análise das propostas apresentadas.

2.3.3. Monitorização interna do desenvolvimento do currículo

No início de cada ano escolar, as áreas curriculares procedem, para cada disciplina e nível, à planificação das atividades letivas²⁶.

Depois de elaboradas as planificações, anuais e trimestrais, por disciplina e ano de escolaridade, são analisadas e aprovadas em reunião de Área Curricular e posteriormente nos Departamentos, tomando os Encarregados de Educação conhecimento.

Para os alunos da Educação Especial, o Conselho de Turma reúne para definir critérios e formas de avaliação às circunstâncias dos alunos enquadrados nesta modalidade de ensino.

No final de cada período é feita a análise das práticas educativas, em reunião de área Curricular, sendo apresentadas estratégias de remediação, sempre que necessárias.

²⁶ a) a programação dos conteúdos a leccionar em cada período .
b) a definição dos objectivos, competências, métodos de avaliação e recursos educativos a utilizar .
c) a selecção dos instrumentos de avaliação a adoptar em cada unidade didáctica ou conjunto de unidades .
d) a aferição destes instrumentos de avaliação, particularmente no que se refere à estrutura das fichas de avaliação e respectivos critérios gerais de correcção .
e) a definição dos critérios e respectiva ponderação.

2.3.4. *Eficácia das medidas de apoio educativo*

Nos conselhos de turma são elaborados planos de acompanhamento e de recuperação que são avaliados e reformulados, sempre que necessário, nas reuniões seguintes. Cada professor elabora periodicamente os relatórios dos alunos que apoia, sendo analisados em conselho de turma.

É apresentado no CP o relatório²⁷ dos planos de recuperação e de acompanhamento, onde é analisado e objeto de reflexão. De forma global os apoios têm surtido efeito positivo.

2.3.5. *Prevenção da desistência e do abandono*

O AEF tem dado muito importância a esta questão, tendo até este momento obtido bons resultados, pois só no ano letivo de 2010/11, se registou a desistência de um aluno, por motivos de natureza familiar.

Apesar das taxas nulas de abandono e desistência nos últimos anos, o AEF sempre procurou antecipar situações problemáticas com a implementação de várias medidas, das quais se podem destacar a figura do professor tutor, a criação de cursos de educação e formação e ainda, neste ano letivo a criação de uma turma de percurso curricular alternativo²⁸. As situações mais complexas foram sempre articuladas pelo diretor de turma/professor titular/educador e a direção com a CPCJ que, de forma permanente e articulada, resolveram os problemas.

A monitorização do prosseguimento de estudos dos alunos do 9.º ano é realizada.

²⁷ Ver Anexo 40

²⁸ Ver Anexo 32